



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO

Nº 12017

(Do Sr. Deputado Pedro Uczai)

Requer a convocação do Ministro da Educação, Mendonça Filho, para prestar esclarecimentos sobre a realização da 3ª CONAE e a destinação dos recursos necessários para este fim.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 24, incisos, IV, VII-IX e XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 50 da Constituição Federal a convocação do Ministro da Educação, Mendonça Filho, para prestar esclarecimentos sobre a realização da 3ª Conferência Nacional de Educação e a destinação dos recursos necessários para este fim.

JUSTIFICAÇÃO

Foi convocada a realização da 3ª Conferência Nacional de Educação para o ano de 2018, conforme previsão legal do Plano Nacional de Educação. Além da própria CONAE, estão previstas para ocorrer as conferências estaduais, distrital e municipais de Educação a serem realizadas ainda em 2017, antecedendo a Conferência Nacional.

Este amplo processo de conferência envolve milhares de pessoas nas diferentes etapas, trazendo para o debate da Educação os principais atores e categorias envolvidas: estudantes, professores, gestores e a sociedade civil. Quanto maior o tamanho destas conferências, mais representativas e inclusivas elas se tornam, a partir do momento que incluem e dão espaço para vozes que historicamente são excluídas da construção e avaliação das políticas públicas.

A participação social e popular como um fundamento e como prática estrutural da Democracia é um objetivo a ser perseguido pelo Estado brasileiros e pelos governos, de forma a superar as desigualdades políticas existem na sociedade brasileira, e consequentemente as desigualdades sociais e econômicas.

A CONAE é justamente este espaço amplo de participação da sociedade civil na construção das políticas educacionais brasileiras. Garantir sua realização é garantir que o Estado se abra e dialogue com a população, sobretudo com os setores afetados diretamente pela política pública.

Para isso são necessários recursos orçamentários que garantam a realização das conferências, provendo os mecanismos, ferramentas e recursos imprescindíveis para sua plena e ampla realização.

Dessa forma, é preciso que o Ministério da Educação firme e torne público o compromisso de garantir a plena e efetiva realização não apenas da CONAE, mas de todo o processo de conferências que a antecede, compreendida como um todo que se estende no tempo e no espaço culminando na Conferência Nacional.

As Conferências Nacionais tem sido um espaço de participação e articulação social crescente nos últimos anos, tanto quantitativamente, no que

diz respeito ao número cada vez maior de pessoas inseridas nos processos de conferência, quanto qualitativamente, no que diz respeito a importância da formulação, avaliação e representação nestas Conferências.

Uma área estrutural para o desenvolvimento do país como a Educação não pode prescindir deste espaço participativo. Tampouco pode aceitar a realização de um evento que não conte com a estrutura e os recursos necessários para configurar-se como uma legítima conferência.

Para muitos cidadãos e cidadãs brasileiras, espaços como as conferências de políticas públicas são uma das poucas portas de participação que estas pessoas encontram ou têm acesso. Não garantir a realização de uma conferência ou não prover os recursos necessários para uma conferência de qualidade significa fechar uma das pequenas e poucas portas de diálogo que existem entre o Estado brasileiro e a sociedade.

É importante que o governo responsável pela realização de Conferências de Políticas Públicas e da promoção de outras instituições participativas tenham a compreensão clara de que destinar recursos para estes fins sejam compreendidos como investimentos na própria política pública que se debate e não como um mero gasto.

Além disso, destinar recursos para a realização dos processos de conferências significa investir em Democracia e propiciar canais efetivos de participação social e popular.

Para a realização da última CONAE, realizada no ano de 2014, foi investido pelo governo federal cerca de 9 milhões, e envolveu diretamente mais de 4.000 pessoas apenas na etapa Nacional. Para a realização das diversas etapas precedentes foram investidos cerca de 32 milhões apenas pelo governo federal, que contou ainda com a contrapartida dos Estados e Municípios.

Estes valores se revertem em participação social efetiva, visto que participaram diretamente das etapas municipais e estaduais mais de 800 mil cidadãos e cidadãs. Quando olhamos o número de pessoas envolvidas indiretamente no processo, seja pelas conferências virtuais, livres ou outros espaços, este número sobe para mais de 4 milhões de pessoas no Brasil todo.

São professores, estudantes, pais e mães, gestores, especialistas e dirigentes da Educação que participaram do processo de debate e de construção das políticas públicas. São vozes que constroem diretamente a

Educação brasileira e vivem cotidianamente os problemas e desafios do sistema educacional brasileiro.

Com isso, o Ministério da Educação deve ter o compromisso de assegurar o investimento mínimo para que a 3ª Conferência Nacional de Educação ocorra de forma organizada, com estrutura necessária para incluir as milhares de pessoas dispostas a participar e construir a Educação brasileira.

Por fim, vale enfatizar que garantir a realização da CONAE não se refere apenas ao momento da etapa nacional, mas a todo o processo de conferência que envolve desde as etapas municipais, passando pelas estaduais e culminando na etapa nacional. Sem as demais, a etapa nacional perde seu significado e a essência da ampla representação de seus delegados. Além disso, fica praticamente inviabilizada a realização das demais etapas pelos Estados e Municípios sem o apoio real do governo federal.

Portanto, é preciso que o Ministro da Educação venha até essa Comissão prestar os devidos esclarecimentos sobre a realização da 3ª CONAE e do quanto está sendo destinado de recursos para esta finalidade. Vale a pena lembrar que as etapas municipais estão previstas para ocorrer já neste primeiro semestre de 2017, logo é urgente que esta questão seja debatida e tratada.

Para isso, conto com o apoio dos nobres parlamentares para aprovar este requerimento.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2017.

Deputado Pedro Uczai
PT/SC